

Economistas condenam aumento

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Economistas de diversas tendências políticas, como o professor Paul Singer, da Universidade de São Paulo, o ex-presidente do IBGE, Edmar Bacha, e o assessor especial do governo do Rio de Janeiro, César Maia, do PDT, consideram completamente sem sentido a proposta dos empresários, na discussão do pacto social, de um reajuste genérico de 25% nos preços dos produtos, até por ser peque-

no o número de empresas que ainda precisam se reequilibrar com um realinhamento.

Essa posição comum pôde ser constatada ontem, no Rio, durante a posse do novo presidente do Conselho Federal de Economia, Renato Ilgenfritz da Silva, que substituiu Dércio Garcia Munhoz. Ambos, por sinal, também são contrários à reavindicação dos empresários e se unem aos demais na tese de que o poder de compra dos trabalhadores não pode sofrer novas perdas.

O economista Paul Singer chegou a afirmar que a proposta dos 25% "é uma bobagem bem grande, porque os preços já foram aumentados em muito". Segundo ele, a percentagem de 25% é "genérica e arbitrária, sem pé nem cabeça" e o governo, para comparar os preços com os níveis de fevereiro do ano passado, "teria que buscar a tabela num museu", porque "basta olhar as prateleiras para se levar uma série de choques heterodoxos". Dércio Munhoz disse que os empresários, ao pedirem um reajuste geral de 25% nos preços, "querem apenas transferir para a população os encargos financeiros e impostos com que os quais arcaram após o Cruzado II".

dou que os empresários queiram aumento de 25% sobre os preços de fevereiro, dizendo que, na verdade "eles querem esse índice sobre o realinhamento feito agora". Como Edmar Bacha, ele defendeu o reajuste apenas para "os produtos que estejam, comprovadamente, abaixo do custo de produção". Para o ex-presidente do IBGE, "não cabe uma proposta de aumento geral de preços, uma vez que o problema é setorial".

MÍNIMO

A defesa do poder de compra dos salários também foi feita por praticamente todos os presentes e o Conselho Federal de Economia, em documento distribuído durante a solenidade de posse, enfatizou que a recomposição desse poder de compra deve ser feita, no mínimo, aos níveis de 28 de fevereiro do ano passado. "Os assalariados assumiram o ônus da estabilização econômica aceitando as perdas que a inflação havia imposto, mas agora estão diante da ameaça de novas perdas", disse Dércio Munhoz.

Houve muitas críticas à situação do mercado financeiro, com taxas de juros muito altas. Pessimista, Paul Singer disse ser "difícil reverter isso enquanto a inflação estiver alta" e Renato Ilgenfritz criticou o Banco Central por "exercitar o poder dos banqueiros em vez do poder do governo", sublinhando o fato do presidente, Fernão Bracher, ser "vice-presidente de um dos maiores bancos do País". Edmar Bacha frisou a necessidade de o governo definir, publicamente, metas monetárias mensais ou trimestrais que, efetivamente, ao serem confirmadas, "não validem as taxas de inflação que estão na cabeça dos agentes econômicos".



3/4/86 - Carlos Chicarino

Bacha: questão é setorial.

Renato Ilgenfritz também duvi-



14/12/84 - Joveci de Freitas

Singer: é uma bobagem